

Em Minas, comodidade nos prazos

por Pedro Lobato
de Belo Horizonte

Aproveitando o dia do funcionalismo público, o senador Tancredo Neves, candidato a governador pelo PMDB, publicou, ontem, uma mensagem em que promete não apenas o 13º salário como também aumentos semestrais para a classe. Se eleito, ele terá muitas dificuldades para cumprir essa promessa, pois, se em Minas o endividamento tem sido prudente, os problemas de caixa não têm animado o governo atual a assumir mais compromissos de custeio.

Confirmando o valor do saldo das emissões de Obrigações Reajustáveis, publicadas ontem por este jornal, Celsius Antônio Lodder, coordenador da assessoria econômica da Secretaria da Fazenda, informou que o estado fará, no próximo mês, uma nova emissão em torno de Cr\$ 14 bilhões. Essa nova emissão elevará, portanto, o total da dívida vinculada a títulos emitidos para algo em torno de Cr\$ 106 bilhões. "Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, essa dívida não trará problemas para as próximas administrações, pois o importante são os vencimentos anuais", disse ele.

Lodder parece ter razão. As ORTM emitidas pelo governo mineiro têm prazos que vão de cinco a nove anos e o estado tem procurado espaçar no tempo as suas emissões. Geralmente são duas emissões anuais, uma no começo e outra no fim do ano. Assim, a atual dívida de Cr\$ 92,6 bilhões, originária das emissões de títulos, tem vencimentos anuais que não passam de 6% da arrecadação de ICM. Este ano, informa Lodder, quando a arrecadação deve chegar a Cr\$ 225 bilhões, estão vencendo Cr\$ 5 bilhões.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

Nos próximos anos,

quando o estado será administrado por um governo eleito, os vencimentos anuais da atual dívida de ORTM são os seguintes: Cr\$ 14,6 bilhões, em 1983; Cr\$ 21 bilhões, em 1984; Cr\$ 25 bilhões, em 1985. A partir daí os vencimentos começam a decrescer: Cr\$ 21 bilhões, em 1986; Cr\$ 6 bilhões, em 1987; e Cr\$ 600 milhões, em 1988. "Além disso, é importante lembrar que nosso papel sempre foi um dos de melhor

aceitação no mercado e, por isso, cerca de 90% dos portadores têm recomprado os títulos", disse Lodder. Mas, como em todos os estados, não é só de emissões que se faz a dívida pública de Minas Gerais. A dívida total do estado, no mês de setembro, era de Cr\$ 207 bilhões. Ai se incluem as Obrigações Reajustáveis e Cr\$ 11 bilhões, que é a "dívida flutuante", ou seja, a dívida que é paga dentro do exercício. "Essa

já pode ser praticamente toda subtraída do total", disse ele.

E do resto, Cr\$ 28 bilhões são de contratos com instituições e programas federais e Cr\$ 76 bilhões são da dívida externa. "Aqueles contratos com instituições federais têm custo baixo e prazos longos, pois geralmente se originam de programas especiais da Caixa Econômica Federal, BNDES, Seplan e outros", disse Lodder.